

I. A DESENVOLVE SP

A Desenvolve SP é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo, criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142, de 06 de setembro de 2007.

Constitui o objeto social da Desenvolve SP a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R\$ 1 bilhão, a instituição iniciou suas atividades em 11 de março de 2009 e faz parte da administração indireta do Estado, sendo vinculada à Secretaria da Fazenda.

A Desenvolve SP foi concebida como um instrumento institucional de apoio à execução de políticas ativas de desenvolvimento econômico para o estado de São Paulo. O seu papel é coordenar e implantar políticas financeiras de fomento.

Sua atividade-fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos, visando o aumento da competitividade e sustentabilidade das empresas paulistas.

PÚBLICO-ALVO

Faz parte do escopo da Desenvolve SP apoiar prioritariamente as pequenas e médias empresas, com faturamento anual entre R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, atuantes nos diversos setores da economia paulista: indústria, comércio, agronegócio e serviços.

Para empresas com faturamento de até R\$ 360 mil a Desenvolve SP atua por meio dos programas de governo e fundos de desenvolvimento.

Para empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões, a Desenvolve SP atua como agente repassador das linhas de financiamento com recursos de terceiros.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO: Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras.

VISÃO: Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista.

VALORES: Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade.

II. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PRINCIPAIS DIRETRIZES

RELAÇÃO COM O GOVERNO: Participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo com o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, e reduzindo as diferenças regionais.

INOVAÇÃO: Fomentar iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

AUTOSSUSTENTABILIDADE: Assegurar a autossustentabilidade de forma a ampliar e aprofundar o papel da instituição na economia paulista, gerindo seus ativos com transparência, ética e responsabilidade.

EXCELÊNCIA OPERACIONAL: Buscar a excelência em seus processos operacionais, tecnológicos e humanos, visando ao aumento da produtividade e promovendo a cultura e integração organizacional.

PLANO ESTRATÉGICO DE CURTO E LONGO PRAZO

Além disso, em consonância com a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, foi elaborado o Plano Estratégico de Curto e Longo Prazo de 2018 a 2022 da Desenvolve SP, onde constam informações sobre a estratégia de atuação da instituição e seu plano de negócios.

Na análise das forças, riscos e oportunidades, foi observado que o que era uma oportunidade em 2017, passou a ser um ponto forte da Instituição: o apoio à inovação. Hoje, no mercado que fomenta esse setor, a Desenvolve SP já é reconhecida como uma referência.

As macro ações propostas para 2018 foram:

Curto/Médio prazo:

- Apoiar Projetos Inovadores;
- Apoiar Projetos de Eficiência Energética e de Energias Renováveis;
- Aumentar a carteira direcionada aos Municípios, por meio de recursos de entidades multilaterais;
- Crédito orientado ao microempreendedor/microcrédito;
- Apoiar programas de Governo em setores/regiões estratégicas;
- Envidar esforços para a transferência dos Fundos de Desenvolvimento, com vistas à eficácia da gestão e da aplicabilidade dos recursos e o aumento das receitas;
- Intensificar relações com entidades multilaterais a fim de transferir conhecimento técnico e captar novos recursos.

Longo prazo:

- Gestão de recursos visando a sustentabilidade da Instituição
- Capitalização da Instituição;
- Apoiar projetos que promovam o aumento da Produtividade e da Competitividade das Empresas Paulistas.

Vale ressaltar que os resultados do Plano de Negócios de 2017 são relatados em um relatório específico que, após aprovação dos órgãos colegiados internos, será publicado no site institucional da Desenvolve SP.

III. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

A Desenvolve atua por meio das linhas de financiamento e, também, como administradora dos Fundos de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Além disso, oferece opções de garantias por meio dos Fundos Garantidores, apoia o crescimento das empresas paulistas, inclusive startups, via Fundos de Investimento em Participações (FIPs), e abrange todo o território paulista através das parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial e fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos.

1. LINHAS DE FINANCIAMENTO

A Desenvolve SP, no ano de 2017, disponibilizou 32 linhas de financiamento a diversos setores e públicos, com dois lançamentos para o setor privado:

- *Linha Crédito Digital - Giro:* Linha de financiamento com recursos originados de repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa BNDES Giro. A Desenvolve SP é pioneira, no Brasil, nessa modalidade, disponibilizada de forma rápida e digital.

- *Linha de Financiamento para estudos em projetos de infraestrutura (LPI):* Lançada em dezembro de 2017, é destinada a fornecer apoio financeiro, com recursos próprios, para empresas privadas interessadas na elaboração de estudos técnicos destinados à preparação de projetos de infraestrutura formatados como concessões comuns e Parcerias Público-Privadas (PPPs) nos municípios paulistas. Com o limite de até R\$ 1 milhão por projeto, os recursos poderão ser utilizados para contratar pesquisadores, especialistas e consultores, comprar softwares, bancos de dados, serviços e equipamentos especializados, participar em congressos e seminários, entre outros itens.

Setor Público

O crédito ao setor público é um forte indutor de desenvolvimento econômico regional e, principalmente, da melhoria da qualidade de vida da população. A Desenvolve SP tem o compromisso de apoiar projetos municipais em infraestrutura, transporte, iluminação pública, entre outros.

Em 2017, a Desenvolve SP ofertou oito linhas de financiamento para o setor público que oferecem juros baixos e prazos longos para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura da cidade, sem comprometer a saúde financeira do município. Em 2017, foram concretizados importantes passos na realização de parcerias para captação de recursos destinados ao setor público, com destaque para a criação de uma nova linha:

- *Linha Programa Frota Nova Municípios:* Lançada em abril de 2017, a linha é destinada aos municípios do estado de São Paulo para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos novos. Cada município tem o limite máximo de financiamento de R\$ 500 mil. Com prazo de até seis anos, incluídos seis meses de carência, as prefeituras ficam isentas da taxa de juros, que são equalizadas pelo Governo do Estado, caso paguem em dia as suas obrigações mensais.

Programas de Governo

O Governo do Estado de São Paulo, em parceria com a Desenvolve SP, elabora programas para o desenvolvimento de regiões do estado e para setores da economia.

Atualmente, a Desenvolve SP conta com o Programa de Apoio Regional para o Vale do Ribeira; Programa São Paulo Inova, com o objetivo de apoiar empresas paulistas de base tecnológica e de perfil inovador em estágio inicial ou em processo; e o Programa de Apoio ao Setor Avícola, cujo objetivo é apoiar empresas do setor por meio de operações de crédito para capital de giro, com garantia dos créditos acumulados do ICMS.

No ano de 2017, foram lançados três programas de governo:

- *Programa Juro Zero Empreendedor (Promei):* O Programa Juro Zero Empreendedor (Promei), lançado pelo Governo do Estado de São Paulo, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo (Sebrae-SP), e a Desenvolve SP, tem como propósito oferecer crédito com juro zero para os microempreendedores individuais (MEI) paulistas que concluíram o programa Super MEI, do Sebrae-SP, e não possuem restrições cadastrais no CNPJ e no CPF.

O Programa conta com recursos do Sebrae-SP e equalização de juros pelo Estado de São Paulo. A Desenvolve SP é a responsável pela gestão, administração e operacionalização dos recursos do programa. O Programa teve início em agosto de 2017, sendo operacionalizado pelos Escritórios Regionais do Sebrae-SP, tendo a Desenvolve SP como agente financeiro.

- *Avançar Cidades/Pró-Transporte:* programa de financiamento com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), destinado a municípios paulistas, para investimento em sistemas e infraestrutura de mobilidade urbana. A primeira fase da parceria irá liberar R\$ 165,0 milhões para financiar projetos de instalação, ampliação, modernização e adequação da infraestrutura de transporte público coletivo urbano e obras civis - pavimentação, equipamentos, investimentos em tecnologia e aquisição de veículos, entre outras.

- *Programa Água Limpa:* O Programa Água Limpa visa implantar sistemas de tratamento de esgotos em municípios com até 50 mil habitantes não atendidos pela Sabesp e que despejam seus efluentes “in natura” nos córregos e rios locais.

Instituído pelo Governo do Estado de São Paulo em 2005, o Programa passou a ser operado pela Desenvolve SP em 2017, por meio do Decreto Estadual nº 63.107, de 26 de dezembro de 2017, que autoriza a Instituição a criar linhas de financiamento específicas para o Programa.

Além de garantir o saneamento básico da região, o programa propicia vetores de desenvolvimento agrícola, industrial ou de lazer, face à melhora no binômio disponibilidade-qualidade das águas, com o consequente aprimoramento na qualidade de vida e renda das pessoas.

2. FUNDOS GARANTIDORES

A Desenvolve SP oferece quatro fundos garantidores que podem suprir a insuficiência das garantias exigidas, viabilizando a contratação: o Fundo de Aval (FDA), o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e Fundo Garantidor de Operações (FGO).

Desde o início de suas operações, junto à Desenvolve SP, até 31 de dezembro de 2017, os fundos garantidores já foram utilizados em 1.146 operações.

3. FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

Além do Fundo de Aval (FDA), a Desenvolve SP administrou três fundos, com patrimônio total de R\$ 530 milhões: o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet), o Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac) e o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR).

Além destes, em dezembro de 2017, foram finalizadas as transferências dos seguintes fundos:

- **BANCO DO POVO:** O Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo, Banco do Povo Paulista (BPP), tem como objetivo criar alternativas de crédito popular para geração de emprego e renda, por meio da aplicação de recursos em microempreendimentos e micro e pequenas empresas.

Com a transferência do Banco do Povo, em dezembro de 2017, a Desenvolve SP passa a incluir as microempresas em seu público-alvo ampliando assim seu campo de atuação ao trabalhar com microcrédito. Além de auxiliar o empreendedor, o microcrédito produtivo orientado cria um ciclo virtuoso que leva benefícios a todo entorno do negócio.

- **FIDES e FIDEC:** O Fundo Estadual de Desenvolvimento Social (FIDES) e o Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (FIDEC) são constituídos para financiar novos empreendimentos no estado de São Paulo ou que visem a ampliação, fusão ou incorporação de empreendimentos já existentes. Atualmente, os Fundos estão inativos.

- **FEPRAC:** Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (FEPRAC) é destinado à proteção do solo contra alterações prejudiciais às suas funções, bem como à identificação e à remediação de áreas contaminadas. Foi realizado aporte de R\$ 500 mil no momento da transferência para a Desenvolve SP em Dezembro/2017. Estão em tratativas as transferências do Fundo Estadual de Controle da Poluição (Fecop) e Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal de Paranapanema (Fundespar).

O Fundo Estadual de Saneamento Básico (Fesb) e o Fundo Estadual de Saneamento (Fesan) serão transferidos após a conclusão da transferência e operacionalização dos fundos citados acima.

4. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

A Desenvolve SP investe, hoje, em cinco fundos de investimento:

- Fundo Inovação Paulista: idealizado pela Desenvolve SP, faz parte do Programa São Paulo Inova e tem como foco setorial pequenas e médias empresas e *startups* inovadoras nos setores de tecnologia da informação e comunicação, tecnologias agropecuárias, novos materiais/nanotecnologias e tecnologias em saúde instaladas no estado de São Paulo.

- Fundo Aeroespacial: de abrangência nacional, é destinado aos setores aeroespacial, defesa, segurança e integração de sistemas.

- Fundo Performa Investimentos SC-I: tem como objetivo o investimento em empresas emergentes inovadoras localizadas no estado de São Paulo e foco em investimentos nos setores de tecnologias sustentáveis (*clean tech*), biotecnologia, aplicações médicas, nanotecnologia e tecnologia da informação.

- Fundo CRP Empreendedor: é um Fundo de Investimento em pequenas e médias empresas inovadoras nacionais, dos setores de petróleo e gás, bens de capital, energias renováveis, nanotecnologia, fármacos, biotecnologia e novos materiais.

- Fundo BBI Financeal I: tem como objetivo o tema de ciências da vida e atua com foco setorial em empresas biofarmacêuticas, farmacêuticas, de equipamentos médicos, diagnósticos, saúde, serviços de bem estar, biotecnologia agrícola, biotecnologia industrial, biocombustíveis e bioquímicos, localizadas em todo Brasil.

Até dezembro de 2017, o capital investido pela Desenvolve SP nos fundos de investimento foi de R\$ 35 milhões. No total, 45 empresas foram investidas, das quais 35 estão localizadas no estado de São Paulo.

5. PARCEIROS

Em 2017, foram formalizadas 14 parcerias, como com o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sincofarma), Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), Associação do Parque Tecnológico de São José dos Campos, entre outras.

- Parceria com Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB): Firmada em dezembro de 2017, tem o objetivo de obter apoio dessa entidade na elaboração de estudos e projetos de PPPs com foco em infraestrutura urbana em quatro áreas: iluminação pública, resíduos sólidos, saneamento básico e mobilidade urbana.

- Credenciamento da Desenvolve SP no Fungetur: A Desenvolve SP assinou um termo de credenciamento para ser agente repassador dos recursos oriundos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur). O Fundo tem por objetivo apoiar a implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, de qualquer porte, como hotéis, agências de viagens e parques temáticos. O fundo consiste em um mecanismo de crédito ao fomento do turismo como negócio e estratégia para o desenvolvimento social e econômico. A Desenvolve SP obteve um aporte de R\$ 8,6 milhões para repasse às empresas que atuam no setor.

Além das parcerias, foram formalizados, no ano de 2017, os seguintes memorandos de entendimento e termos de cooperação:

- Memorando de Entendimento junto ao R20 (*Regions of Climate Actions*):

O R20 é a união de esforços de pessoas e entidades internacionais para o desenvolvimento de ações junto a governos subnacionais para a construção de projetos limpos, os quais tendem a suportar questões ambientais. O Memorando de Entendimento em questão possui o objetivo de buscar soluções para a implantação de projetos de iluminação pública no estado de São Paulo.

- Assinatura de Carta-Convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): o objetivo da parceria é aumentar o investimento em projetos de Eficiência Energética e Energia Renovável (EE/ER) e preparar um Programa para mobilizar investimento privado nas ações de mitigação e modelos de negócios sustentáveis e de baixo carbono por meio de Bancos Nacionais de Desenvolvimento. Para tanto, o BID disponibilizará recursos não reembolsáveis para a Desenvolve SP, com prazo de execução de 60 meses e, em contrapartida, a Desenvolve SP terá a responsabilidade de conceder apoios técnico, logístico e de secretaria, necessários para o desenvolvimento da Cooperação Técnica. O montante dos fundos outorgados pelo Banco para realização da Cooperação Técnica foi de US\$ 200 mil.

- Memorando de Entendimento entre a Desenvolve SP e a Companhia Nacional China de Engenharia e Eletricidade (*China National Electric Engineering Company - CNEEC*): em outubro de 2017, foi firmado um memorando de entendimento no valor de US\$ 1 bilhão com o objetivo de desenvolver um projeto em conjunto, utilizando a expertise da CNEEC e as linhas de financiamento oferecidas pela Desenvolve SP para instalar, no estado de São Paulo, uma central de energia fotovoltaica.

A Desenvolve SP tem, ainda, acordo operacional firmado com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), as Indústrias Romi, o KfW Bankengruppe, agente financeiro do Governo Federal Alemão, o Sebrae-SP, dentre outros.

IV. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança da Desenvolve SP proporciona a tomada de decisão sempre de forma colegiada e por alçadas, reforçando a transparência e a responsabilidade corporativa da instituição.

Constituída na forma de sociedade anônima, a Desenvolve SP possui dois acionistas: a Fazenda do Estado de São Paulo, com 99,998% das ações, e a Companhia Paulista de Parcerias, que possui 0,002% das ações.

1.1 Transparência e prestação de contas

No site da Desenvolve SP, na página denominada “Transparência”, são divulgadas as informações de interesse público relacionadas à atuação da instituição, como informações referentes às deliberações dos órgãos colegiados, execução orçamentária e financeira, quadro de pessoal, folha de pagamento, licitações, contratos, e informações referentes aos processos internos e externos da Desenvolve SP.

Há, também, no site institucional, página dedicada à Governança Corporativa onde estão disponíveis informações sobre a administração da Desenvolve SP, órgãos colegiados e seus regulamentos, planejamento estratégico e suas diretrizes, políticas corporativas, informações sobre gestão de riscos, sustentabilidade e estrutura organizacional.

Fiscalização, controle e prestação de contas

A Desenvolve SP, como parte integrante da administração indireta do Governo do Estado de São Paulo, está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), por meio de sua Comissão de Fiscalização e Controle. Anualmente, a Desenvolve SP envia informações determinadas pela legislação a esses órgãos, bem como recebe a fiscalização *in loco* do TCE/SP.

A Desenvolve SP, subordinada administrativamente à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, também presta contas e recebe a fiscalização contínua daquele órgão, com envio de informações e fiscalizações *in loco*.

Já como agência de fomento, a Desenvolve SP segue a regulação do Conselho Monetário Nacional, por meio do Banco Central do Brasil (Bacen), autoridade responsável pela fiscalização das instituições financeiras.

1.2 Ouvidoria e Canal do Colaborador

Em 2017, a Ouvidoria registrou 38 manifestações, sendo dezessete reclamações, das quais treze foram classificadas como improcedentes¹, oito pedidos de informações e/ou esclarecimentos, sete elogios, quatro sugestões e duas críticas, com todas as reclamações respondidas no prazo exigido pela Resolução do Banco Central do Brasil (Bacen) nº 4.433, de 23 de julho de 2015.

Em complemento, a Desenvolve SP conta com um canal de comunicação interno, denominado “Canal do Colaborador”, responsável por receber e dar atendimento às manifestações de seus colaboradores, relacionadas ao escopo de atuação da instituição.

1.3 Órgãos colegiados

A estrutura de Governança Corporativa da instituição é composta pelos seguintes órgãos colegiados:

Conselho de Administração: é o órgão de decisão superior da instituição responsável por sua orientação estratégica. O qual monitora o desempenho e os riscos, orientando a tomada de decisões estratégicas da instituição.

Diretoria Colegiada: Em conjunto com o Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada exerce a administração geral da instituição, assegurando o seu funcionamento alinhado aos objetivos traçados.

Conselho Fiscal: o Conselho Fiscal da Desenvolve SP exerce seu papel de fiscalizador das contas da instituição, bem como dos atos de seus administradores.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP é composto por membros independentes e atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Compete a ele assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições, relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis, adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos, e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

Comitê de Remuneração: composto por três membros efetivos e um suplente, com mandato de dois anos, renovável até o máximo de dez anos, é responsável pela Política de Remuneração de Administradores.

2. AUDITORIA INTERNA

A Gerência de Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, supervisionada tecnicamente pelo Comitê de Auditoria e ligada administrativamente à Presidência, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores e a alta administração da instituição. Seu foco é a segurança, a eficiência e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

3. GESTÃO DE PESSOAS

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Desenvolve SP encerrou o ano de 2017 com 152 empregados ativos, além de quatro Diretores, 14 estagiários e 39 empregados terceirizados, totalizando uma força de trabalho de 209 colaboradores.

A Desenvolve SP acredita que valores morais como respeito, seriedade, honestidade e lealdade devem fazer parte da conduta e postura profissional de seus colaboradores, espelhados em seu Código de Ética e Conduta e no Programa de Integridade Anticorrupção.

4. COMUNICAÇÃO

Com a missão de construir e zelar pela imagem pública da instituição, fixar sua marca e divulgar as linhas de financiamento, ações e programas junto aos seus clientes, stakeholders e toda a população do estado de São Paulo, a Superintendência de Comunicação (SUCOM) é responsável por coordenar e realizar as ações de comunicação, imprensa e marketing da Desenvolve SP.

Campanha de Inovação: aproveitando elementos da estratégia da campanha bem-sucedida do ano anterior, a SUCOM continuou trabalhando em 2017 o posicionamento da Desenvolve SP como uma instituição que apoia a inovação e o empreendedorismo nas PMEs, além de divulgar o Crédito Digital, uma linha de capital de giro com um eficiente sistema de aprovação criado para ajudar os pequenos negócios a manterem suas operações em dia. Com ações de comunicação integrada, a Desenvolve SP se aproximou ainda mais dos pequenos e médios empresários paulistas.

Transformando Cidades: em 2017, foi criada uma campanha especial para o setor público. Primeira ação com esse objetivo, nossa estratégia de atuação foi elaborar uma comunicação regionalizada, mostrando a importância e o impacto dos financiamentos da Desenvolve SP nos municípios e na qualidade de vida da população.

Revista *Desenvolve SP*

Distribuída anualmente para treze mil empresários e disponibilizada na versão online, em 2017 a publicação abordou as importantes transformações da economia. Prova da sua credibilidade já consolidada no mercado, em 2017 a Revista Desenvolve SP foi vencedora do seu segundo prêmio, o Prêmio Excelência e Inovação em PR 2017, representado pelo reconhecido Troféu Jatobá, e que contempla trabalhos de comunicação realizados no País e em toda a América Latina. No ano anterior, a revista foi vencedora do Prêmio Aberje 2016, que reconhece as melhores práticas em comunicação empresarial do país.

V. APOIO À INOVAÇÃO

A Desenvolve SP acredita que o apoio à inovação é a grande oportunidade para o aumento da produtividade e o caminho para alavancar o crescimento econômico. Para tanto, fomenta iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

1. MOVIMENTO PELA INOVAÇÃO

Em 2017, a Desenvolve SP promoveu a terceira rodada de eventos do Movimento pela Inovação, cujo objetivo é apoiar pesquisadores, startups e pequenos e médios empresários a investirem em inovação, para tornar suas empresas mais competitivas, melhorar seus produtos, serviços e processos.

Foram realizados, em 2017, eventos pontuais em cidades ou regiões estratégicas, com direcionamento mais focado nas dificuldades e gargalos que os empresários ainda encontram ao procurar recursos para inovação.

Durante os eventos, empresários e pesquisadores tiveram a oportunidade de conhecer melhor as opções de apoio à inovação, não apenas na forma de financiamento, mas também de subvenção econômica (não-reembolsável) e por meio de fundos de investimento em participações, além de conhecer de perto diversas entidades que oferecem todo suporte à inovação que vai muito além do crédito, como FAPESP, Finep, IPT, Inova Paula Souza, o SENAI, o Instituto Euvaldo Lodi, entre outros.

Neste ano, os eventos foram realizados em Sorocaba, São José dos Campos, Marília, Ribeirão Preto e pela primeira vez em São Paulo na sede da Federação da Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Ao todo mais de 300 empreendedores foram atendidos. Desde 2015, foram 24 eventos em 13 cidades, no interior e na capital; mais de 1.600 empresários participaram das palestras, debates ou receberam atendimento individual.

VI. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2017, foi o ano em que os resultados na esfera econômica começaram a aparecer, após muitas idas e vindas dos índices de confiança e da atividade propriamente dita, e com isso, marcou o descolamento da economia do ambiente político.

Depois de um período de sucessivas quedas, o Produto Interno Bruto (PIB) voltou a crescer, ainda que timidamente. Além disso, a inflação foi controlada, encerrando o ano abaixo do piso da meta, uma situação inédita desde a implantação do sistema de metas. Com a inflação controlada, o Conselho de Política Monetária teve espaço para reduzir as taxas de juros, saindo de 13,75% no início do ano para 7,0% no final do período. Com relação ao desemprego, apesar da discreta melhora em 2017, o índice continua elevado, fechando o ano em 12,7%. De acordo com relatório do PNAS, apesar de as taxas indicarem uma tendência de queda a cada trimestre, a qualidade dos empregos não melhorou, já que a maioria das vagas não oferece carteira assinada.

As melhoras apresentadas no ambiente macroeconômico demoraram a impactar o mercado de crédito. A concessão de crédito com recursos livres à pessoa jurídica acumulou o quinto ano seguido de queda em 2017, com redução de 4,0% em termos reais ante 2016. Ainda assim, a tendência ao longo do ano passado foi de estabilização e o 4º trimestre registrou aumento importante e inédito desde o 4º trimestre de 2012.

Apesar das melhoras apresentadas nos indicadores em 2017, a dualidade da capacidade ociosa da economia permanece em 2018, ou seja, se por um lado facilita a retomada do crescimento, por outro, significa que possíveis investimentos em ampliação tendem a ser postergados.

Para 2018, economistas projetam um crescimento do PIB de 2,7% a 3%, confirmando, assim, a retomada da economia, mas o alcance e a qualidade do crescimento ainda dependem do futuro das reformas e do cenário eleitoral.

2. CLASSIFICAÇÃO DE RATING

A Moody's conferiu à Desenvolve SP, em maio de 2017, o rating Ba2 de emissor de longo prazo e *Not Prime* de curto prazo na escala global em moeda local, e Aa2.br e BR-1 para rating de emissor na escala nacional em moeda local, para longo prazo e curto prazo, respectivamente, com perspectiva negativa. O perfil de risco de crédito individual da Desenvolve SP, o qual determina sua força financeira, é Ba3.

A Fitch, que também avalia a Desenvolve SP, após revisão em fevereiro de 2017, reafirmou ao *Issuer Default Rating* (IDR) de longo prazo, em moeda estrangeira e local, o rating BB, com perspectiva negativa, e de curto prazo, em moeda estrangeira e local, o rating B. O rating nacional de longo prazo foi revisado para AA(bra), com perspectiva estável, o rating nacional de curto prazo foi afirmado em F1+(bra) e o rating de suporte em 3.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Desembolsos

Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 2.704,2 milhões, com um total de 3.825 operações para 1.992 empresas e prefeituras distribuídas em 286 municípios.

No ano de 2017, os desembolsos somaram R\$ 352,7 milhões, um crescimento de 25,0% em relação a 2016, que somou R\$ 282,2 milhões. Dos desembolsos realizados em 2017, 52,1% foram com recursos próprios e 47,9% com recursos de terceiros, para 542 empresas de 148 cidades.

Desde 2010, a Desenvolve SP vem priorizando financiamentos a projetos de investimento, sendo os desembolsos de 2017 direcionados principalmente para esses projetos,com 52,2% do total, e 43,1% destinados a pedidos de financiamento para capital de giro, enquanto 4,7%

foram para aquisição de máquinas e equipamentos.

Cabe destacar que dos pedidos de financiamento para capital de giro, 50,3% foram destinados ao Programa de Governo de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), representando 21,7% do total desembolsado em 2017.

Para o setor da Indústria foram desembolsados, em 2017, um total de R\$ 159,6 milhões, que corresponde a 45,2% das liberações efetuadas no ano, a maior representatividade para o período, seguido pelo setor de serviços com 34,7%, setor de comércio com 10,4%, setor público com 9,4%, e setor do agronegócio com 0,3%.

Destacam-se nos desembolsos ao setor privado os realizados a projetos inovadores, que somam 48,6 milhões, um crescimento de 4,9% em relação a 2016.

Em 2017, as linhas com repasse do Finep, Inovacred e Inovacred Expresso, totalizaram R\$ 44,3 milhões em desembolso para 57 empresas. Além disso, a Desenvolve SP foi a maior instituição repassadora, em valor contratado, para as empresas de portes 1 e 2º no período.

As micro e pequenas empresas representam 53,6% do desembolso acumulado para inovação, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para micro e pequenas empresas do estado de São Paulo.

Destacam-se no ano de 2017, do financiamento ao setor privado que somou R\$ 319,7 milhões, os desembolsos realizados por meio da Linha Proavi, voltada para o financiamento de projetos de modernização, aumento da capacidade produtiva, ampliação e expansão dos negócios, que totalizaram R\$ 76,7 milhões, representando 24,0% dos desembolsos para o setor privado e beneficiou quatorze empresas vinculadas ao programa.

Os desembolsos para a Linha BNDES Giro, que financiam as atividades do dia-a-dia da empresa, seja para aquisição de estoque, insumo e matéria-prima ou para despesas operacionais, totalizaram R\$ 50,1 milhões, 15,7% do total desembolsado no ano para o setor e atendeu 108 clientes.

Destacam-se também os desembolsos para micros, pequenas e médias empresas (MPMEs) com um total de R\$ 236,8 milhões, 74,1% do total do setor privado em 2017.

Setor Público

Devido aos desdobramentos das crises política e econômica dos últimos anos, os desembolsos ao setor público em 2017 foram os mais impactados apresentando uma queda de 68,7% em relação a 2016.

Apesar das dificuldades, a Desenvolve SP concedeu, em 2017, R\$ 33,0 milhões em desembolsos para o setor, totalizando um desembolso acumulado, desde 2009, de R\$ 487,9 milhões. Além disso, em 2017, 6 novas cidades foram beneficiadas com os recursos das linhas de financiamento. Desde o início das operações com o setor público, 74 municípios paulistas já foram beneficiados com financiamentos a projetos de infraestrutura, pavimentação urbana, projetos sustentáveis que proporcionem redução na emissão de gás carbônico e reduzam o impacto ambiental nas atividades da administração pública, entre outros. Em 2017, a Linha Via SP, destinada a projetos para execução de obras de pavimentação urbana, recape e pavimentação de vicinais, foi a que apresentou maior representatividade com um total de R\$ 22,1 milhões, atendendo onze municípios.

A Linha Distrito Industrial, que financia projetos municipais destinados à adequação ou construção de distritos industriais, compreendendo a infraestrutura básica para a instalação de parques industriais, totalizou R\$ 4,8 milhões em desembolsos, representando 14,6% do total para o setor, atendendo sete municípios.

A nova Linha de Financiamento para Estudos em Projetos de Infraestrutura (LPI) visa suprir as dificuldades encontradas pelas prefeituras na elaboração de projetos.

A dificuldade das prefeituras no processo de formalização das operações devido às exigências da Secretaria do Tesouro Nacional limitou ainda mais o volume de financiamentos ao setor público em 2017.

3.2 Saldo das Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizou R\$ 1.161 milhões, em 31 de dezembro de 2017, um crescimento de 1,3% se comparado com 2016. Segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen), o mercado de crédito para pessoa jurídica com recursos livres caiu 2,0% no ano de 2017.

As operações de financiamento para projetos de investimento são as de maior representatividade, com 77,1% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do estado de São Paulo.

As operações de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos representaram 14,4%, e, para capital de giro, 8,5% do total da carteira.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 25,91% de operações com vencimento de até 360 dias e 74,09% acima de 360 dias. Vale destacar que 89,33% da carteira está classificada entre os *rating's* “AA” e “C”.

O Índice de Inadimplência³ fechou 2017 em 4,01%.

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou em 2017, um lucro líquido de R\$ 46,7 milhões. Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.060 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 2017, foi de 4,44%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 116,5 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 50,3 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 66,2 milhões.

O total de ativos alcançou R\$ 1.625 milhões, em 31 de dezembro de 2017, composto por 67,42% de operações de crédito (57,08% de recursos próprios e 42,92% com recursos de terceiros), 25,1% de títulos e valores mobiliários e 7,48% de outros ativos.

5. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Os juros sobre o capital próprio são calculados e creditados aos acionistas, de acordo com o limite máximo permitido pela legislação vigente, com distribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, sem prejuízo da competência privativa da Assembleia de Acionistas para deliberar sobre o montante que exceder ao dividendo mínimo obrigatório, considerando as possibilidades de destinação, quais sejam: constituição de reserva de lucro, distribuição de dividendos ou capitalização (aumento do capital social), a cada exercício.

VII. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Desenvolve SP tem consciência de que um bom resultado financeiro e operacional só resultará em ganhos realmente positivos para a sociedade se estiver alinhado aos conceitos de sustentabilidade.

Com a aplicação de políticas e adoção de ações práticas de responsabilidade socioambiental, a Desenvolve SP busca cumprir com a sua missão e garantir o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

1. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA, ÉTICA, INTEGRIDADE E SUSTENTABILIDADE

A Desenvolve SP orienta as ações de seus colaboradores por meio do Código de Ética e Conduta, da Política de Responsabilidade Socioambiental e pelo Programa de Integridade e Anticorrupção.

2. QUALIDADE DE VIDA

A Desenvolve SP tem um compromisso contínuo com a ética e o desenvolvimento econômico, promovendo a melhoria da qualidade de vida como um todo, com a adoção de políticas, práticas e procedimentos em benefício da sociedade e do meio ambiente.

Em 2017, em consonância com os objetivos da Desenvolve SP em promover o desenvolvimento sustentável, com menos danos ao meio ambiente e mais igualdade social, foram realizadas, dentre tantas outras, as seguintes ações:

Segurança do Trabalho

A Desenvolve SP zela pela saúde e segurança de seus colaboradores, observando e cumprindo rigorosamente a legislação aplicável, em especial

as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa): órgão independente e autônomo, ligado administrativamente ao Gabinete da Presidência. Seu objetivo é, em síntese, prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tomar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

Campanha de Vacinação: Em 2017, a Desenvolve SP teve o recorde de imunização contra o vírus da gripe, com 138 pessoas vacinadas. Desde 2011, a empresa realiza campanha de vacinação. As doses não utilizadas foram doadas para o Instituto Criança Cidadã, responsável pelo projeto Casa da Solidariedade, vinculado ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

Ações Voluntárias

O Programa de Voluntariado tem como objetivo conscientizar e estimular a doação voluntária e regular de sangue e o cadastramento para a doação de medula óssea. Em 2017, foram realizadas quatro campanhas de doação de sangue, com a participação de 39 voluntários e uma campanha de cadastramento para doação de medula, com a participação de sete voluntários.

A Desenvolve SP também participa da Campanha do Agasalho, que em 2017 arrecadou 172 peças de roupa entregues ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

Doação de mobiliários ao Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), que atua principalmente na realização de programas e ações que visam o resgate da autoestima e da dignidade humana por meio da qualificação profissional.

Além disso, na campanha de final de ano, foram arrecadados alimentos e mais de cem presentes para serem distribuídos no Lar das Mãezinhas, lar de idosas.

3. DOAÇÕES E PATROCÍNIOS COM INCENTIVO FISCAL

Pautada pelo princípio de ser uma empresa socialmente responsável, a Desenvolve SP apoiou, por meio de incentivo fiscal, projetos que tem como contrapartida ganhos positivos para a sociedade.

Ao todo, foram R\$ 180 mil destinados a cinco projetos, para captação de recursos com incentivo fiscal no âmbito de programas e legislações como Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei do Idoso, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), Lei de Incentivo ao Esporte e Lei Rouanet.

VIII. DESTAQUES

- Lançamento de um programa e uma linha de financiamento destinados ao setor público: programa de financiamento **Avançar Cidades/ Pró-Transporte**, com recursos do FGTS e a linha de financiamento **Frota Nova Municípios**.

- Lançamento do **Programa Juro Zero Empreendedor**, em parceria com o Sebrae-SP, cujo objetivo é disponibilizar a concessão de financiamentos, com juros zero, para microempreendedores individuais, a fim de alavancar o investimento produtivo. O Programa conta com recursos do Sebrae-SP e equalização de juros pelo Estado de São Paulo. A Desenvolve SP é a responsável pela gestão, administração e operacionalização dos recursos do programa.

- Lançamento da **Linha Crédito Digital - Giro**, com repasses de recursos do BNDES, e realizada de forma digital, por meio da plataforma do Programa de Concessão de Crédito - Crédito Digital, mediante a certificação digital e-CNPJ, para autenticar eletronicamente a operação.

- A **Revista Desenvolve SP foi vencedora do seu segundo prêmio, o Prêmio Excelência e Inovação** em PR 2017, representado pelo reconhecido Troféu Jatobá, e que contempla trabalhos de comunicação realizados no País e em toda a América Latina.

- A Desenvolve SP ficou em **2º lugar no prêmio de comunicação *Latin American Excellent Award 2017***, com o *case* Movimento pela Inovação. O prêmio reconhece as melhores iniciativas de comunicação da América Latina.

- Atuação da Desenvolve SP, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, no **Pitch Gov**, iniciativa do Estado para encontrar soluções, entre empresas nascentes inovadoras, para desafios na gestão pública do Estado. Na primeira edição, uma das empresas finalistas foi financiada pela Desenvolve SP. A segunda fase do Pitch Gov foi lançada em 15/09/2017.

- Transferência do **Fundo de Investimento de Crédito Produtivo de São Paulo, Banco do Povo Paulista (BPP)** para a Desenvolve SP. Com a transferência, a Instituição passa a incluir as microempresas em seu público alvo ampliando assim seu campo de atuação ao trabalhar com microcrédito.

¹ Improcedente: reclamação que, após análise, não há constatação de descumprimento, por parte da Desenvolve SP, do Código de Defesa do Consumidor, de legislações e normativos de órgãos reguladores ou de cláusula contratual firmada entre o cliente e a instituição.

² Classificação de portes pelo Finep: Porte I - empresas com receita operacional bruta anual ou anualizada inferior a R\$ 4,8 milhões; Porte II - empresas cuja receita operacional bruta anual ou anualizada igual ou superior a R\$ 4,8 milhões e inferior ou igual a R\$ 16,0 milhões; e Porte III - empresas cuja receita operacional bruta anual ou anualizada superior a R\$ 16,0 milhões e inferior ou igual a R\$ 90,0 milhões.

³ Índice de Inadimplência: montante de operações com atraso acima de 90 dias em relação ao total da carteira de crédito.

MILTON LUIZ DE MELO SANTOS Diretor Presidente
ÁLVARO SEDLACEK Diretor Financeiro e de Negócios
JOAQUIM ELÓI CIRNE DE TOLEDO Diretor de Infraestrutura e TI
JULIO THEMES NETO Diretor de Fomento e de Crédito
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Márcio Luiz França Gomes - Presidente Arnaldo Caill Pereira Jardim Francisco Vidal Luna José Luiz Ribeiro Lídia Goldenstein Luiz Carlos Motta Marcos Antonio Monteiro Milton Luiz de Melo Santos Roberto Brás Matos Macedo
DIRETORIA COLEGIADA
Milton Luiz de Melo Santos - Diretor Presidente Álvaro Sedlacek - Diretor Financeiro e de Negócios Joaquim Elói Cirne de Toledo - Diretor de Infraestrutura e TI Julio Themes Neto - Diretor de Fomento e de Crédito
CONSELHO FISCAL
Kelly Lopes Lemes Isadora Chansky Cohen Nelson Okamura - Suplente Fernanda Montenegro de Menezes Rizek - Suplente
COMITÊ DE AUDITORIA
Francisco Vidal Luna - Presidente Carlos Eduardo Sampaio Lofrano Jerônimo Antunes
COMITÊ DE REMUNERAÇÃO
Francisco Vidal Luna - Presidente Carlos Eduardo Sampaio Lofrano Jerônimo Antunes

Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 12 b.

h) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

i) Contingências

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2017	31.12.2016
Cotas de Fundo de Renda Fixa	62.790	33.457
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	62.790	33.457

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	31.12.2017		31.12.2016	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.284	287.816	—	253.316
Cotas de Fundos de Renda Fixa	62.790	—	33.457	—
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	—	48.563	—	26.850
Cotas de Fundos Garantidores de Operações de Crédito	—	1.525	—	1.109
(-) Provisões para Desvalorizações	—	(2.301)	—	(4.905)
Total	72.074	335.603	33.457	276.370

As Cotas do Fundo de Renda Fixa, Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

Estas aplicações são administradas por instituições privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estavam assim compostas:

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	31.12.2017				31.12.2016				
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Parcelas Vincendas	575.356	151.381	171.581	124.842	30.465	6.948	9.497	13.848	20.631
01 a 30	15.004	3.290	3.268	1.904	724	173	163	280	800
31 a 60	13.886	14.829	2.760	1.792	594	139	152	257	865
61 a 90	13.020	3.112	2.821	1.889	588	138	151	256	656
91 a 180	39.225	9.814	8.406	6.129	1.388	412	457	802	2.170
181 a 360	71.562	18.642	16.089	12.739	3.081	809	911	1.635	3.898
Acima de 360	422.659	101.694	138.237	100.389	24.090	5.277	7.663	10.618	12.242
Parcelas Vencidas	—	419	919	697	813	45	122	278	223
01 a 30	—	419	916	664	574	34	102	196	217
31 a 60	—	—	3	33	239	11	20	82	6
Subtotal	575.356	151.800	172.500	125.539	31.278	6.993	9.619	14.126	20.854

	31.12.2017				31.12.2016				
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Parcelas Vincendas	—	—	—	10.907	4.913	13.213	13.550	901	3.569
01 a 30	—	—	—	117	284	213	28	65	141
31 a 60	—	—	—	116	286	212	43	65	140
61 a 90	—	—	—	116	283	207	11	64	140
91 a 180	—	—	—	350	848	623	76	193	391
181 a 360	—	—	—	698	1.697	1.213	685	134	557
Acima de 360	—	—	—	9.510	1.515	10.745	12.707	380	2.200
Parcelas Vencidas	—	—	—	710	870	1.539	572	411	1.394
01 a 30	—	—	—	117	313	212	29	64	141
31 a 60	—	—	—	201	325	216	356	65	213
61 a 90	—	—	—	215	224	218	11	65	148
91 a 180	—	—	—	177	8	597	149	173	412
181 a 360	—	—	—	—	—	296	27	44	449
Acima de 360	—	—	—	—	—	—	—	—	31
Subtotal	—	—	—	11.617	5.783	14.752	14.122	1.312	4.963
Total	575.356	151.800	172.500	137.156	37.061	21.745	23.741	15.438	25.817

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	Provisão %	31.12.2017		31.12.2016	
		Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão
AA	—	575.357	—	612.045	—
A	0,5	151.801	759	164.886	825
B	1,0	172.500	1.725	172.837	1.728
C	3,0	137.156	4.115	95.563	2.867
D	10,0	37.061	3.706	20.713	2.071
E	30,0	21.744	6.523	9.574	2.872
F	50,0	23.740	11.870	24.436	12.218
G	70,0	15.438	10.807	6.686	4.681
H	100,0	25.817	25.817	38.853	38.853
Total		1.160.614	65.322	1.145.593	66.115

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre/2017	31.12.2017	31.12.2016
Saldo Inicial	51.964	66.115	69.589
Créditos baixados para prejuízo	(3.296)	(24.150)	(48.206)
Provisão constituída	16.654	23.357	44.732
Saldo Final	65.322	65.322	66.115

g) Informações complementares

	2º Semestre/2017	31.12.2017	31.12.2016
Créditos renegociados (a)	21.304	52.788	67.033
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	10.371	13.688	3.925

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7 - Imobilizado de Uso e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	31.12.2017		31.12.2016	
	Custo	Depreciação	Custo líquido de Depreciação	
			31/12/2017	31/12/2016
Imóveis de Uso:				
- Terrenos	11.600	—	11.600	11.600
- Edificações	20.161	(825)	19.336	19.758
Outras Imobilizações de Uso:				
Móveis e Equipamentos	1.309	(632)	677	873
Sistema de Processamento de Dados	109	(40)	69	9
Sistema de Comunicação	152	(85)	67	87
Instalações	117	(50)	67	80
Total em 31/12/2017	33.448	(1.632)	31.816	—
Total em 31/12/2016	33.509	(1.102)	—	32.407

b) Intangível

	31.12.2017		31.12.2016	
	Custo	Amortização	Custo líquido de Amortização	
			31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Intangíveis:				
- Software	5.142	(1.766)	3.376	3.618
Total em 31/12/2017	5.142	(1.766)	3.376	—
Total em 31/12/2016	5.142	(1.524)	—	3.618

8 - Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

	31.12.2017				31.12.2016			
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	6.419	29.305	34.536	245.253	315.513	63,07	245.172	59,84
FINAME	2.628	11.626	12.245	67.229	93.728	18,74	114.424	27,93
FINEP	709	3.907	6.509	79.849	90.974	18,19	50.132	12,23
Total	9.756	44.838	53.290	392.331	500.215	100,00	409.728	100,00

9 - Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

	31.12.2017	31.12.2016
Juros sobre o capital próprio	19.068	13.372
Participação nos lucros	1.899	1.344
Total	20.967	14.716

Fundo	31.12.2017			31.12.2016		
	Capital Subscrito	Capital Integrazado	Valor Atualizado/Contábil	Capital Subscrito	Capital Integrazado	Valor Atualizado/Contábil
Inovação Paulista (FIP)	25.000	15.840	20.725	25.000	8.859	8.857
BBI Financeira I (FIP)	10.000	7.880	14.168	10.000	7.340	6.437
CRP Empreendedor (FIP)	10.000	5.241	5.420	10.000	5.208	4.627
Aeroespacial (FIP)	10.000	4.113	4.593	10.000	3.698	3.178
Performa Investimentos SC - I (FIP)	2.000	1.825	1.356	2.000	1.745	991
Total	57.000	34.899	46.262	57.000	26.850	22.090

6 - Operações de crédito: a) Carteira por modalidade

	31.12.2017			31.12.2016		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Financiamentos	163.647	647.867	811.514	162.547	643.433	805.980
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	83.370	166.320	249.690	87.814	214.094	301.908
Empréstimos	53.597	45.607	99.204	19.896	17.534	37.430
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	74	132	206	77	198	275
Total da Carteira de Crédito	300.688	859.926	1.160.614	270.334	875.259	1.145.593
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(20.442)	(44.880)	(65.322)	(22.494)	(43.621)	(66.115)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	280.246	815.046	1.065.292	247.840	831.638	1.079.478

b) Receitas de operações de crédito

	2º Semestre/2017		31.12.2017		31.12.2016	
Financiamentos	—	33.678	—	70.492	—	90.288
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	—	12.596	—	29.591	—	42.444
Empréstimos	—	8.287	—	13.858	—	7.887
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	—	10.371	—	13.688	—	3.925
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	—	4	—	9	—	12
Total		64.936		127.638		144.556

c) Carteira por setor de atividade econômica

	31.12.2017		Participação		31.12.2016		Participação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Sector Público	261.468	23%	318.041	28%				
Administração Direta	258.289	22%	311.824	27%				
Atividades Empresariais	3.179	1%	6.217	1%				
Sector Privado	899.146	77%	827.552	72%				
Outros serviços	555.114	48%	528.					

11 - Desdobramento das contas de resultado
a) Receitas de Prestação de Serviços
2° Semestre/2017 31.12.2017 31.12.2016
Administração de Fundos de Desenvolvimento 1.893 3.527 5.828
b) Despesas de pessoal
2° Semestre/2017 31.12.2017 31.12.2016
Proventos (9.368) (18.648) (19.023)
Encargos sociais (3.711) (7.392) (7.344)
Benefícios (3.156) (6.123) (5.496)
Honorários de diretores e conselheiros (1.431) (2.831) (2.888)
Estagiários (159) (336) (349)
Treinamento (184) (330) (450)
Total (18.009) (35.660) (35.550)

2° Semestre/2017 31.12.2017 31.12.2016
Benefícios de Curto Prazo 1.656 3.276 3.344
Diretoria 909 1.827 1.794
Conselho de Administração 393 787 853
Comitê de Auditoria 223 445 445
Conselho Fiscal 131 217 252
Outros Benefícios de Longo Prazo 161 322 322
Diretoria 161 322 322
Total 1.817 3.598 3.666
14 - Contingências
Natureza 31.12.2016 Baixa Constituição 31.12.2017
Trabalhista 497 (109) 150 538
Cível 56 (1) 170 225
Total 553 (110) 320 763

c) Outras despesas administrativas
2° Semestre/2017 31.12.2017 31.12.2016
Processamentos de dados (1.568) (3.093) (2.448)
Propaganda e publicidade (938) (3.033) (5.693)
Serviços técnicos especializados (1.476) (2.766) (2.490)
Patrocínios e relações públicas (886) (1.739) (2.189)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.) (495) (1.137) (1.149)
Transporte (352) (697) (703)
Depreciação (313) (672) (579)
Manutenção e conservação de bens (301) (646) (574)
Serviços de terceiros (279) (528) (501)
Comunicações (167) (300) (289)
Publicações (142) (291) (303)
Vigilância e segurança (149) (285) (242)
Amortização (121) (242) (999)
Água, energia e gás (106) (219) (233)
Viagem no país (122) (219) (215)
Contribuições filantrópicas (180) (180) (775)
Serviços do sistema financeiro (91) (170) (100)
Materiais de Escritório (43) (94) (165)
Viagens no exterior (55) (55) -
Seguros (21) (41) (83)
Total (7.805) (16.407) (19.730)

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas. Não há contingências passivas classificadas como possíveis que requeiram divulgação em notas explicativas.

15 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital
Na Desenvolve SP, o gerenciamento de riscos e de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric), unidade ligada diretamente à Presidência. Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além do gerenciamento de capital, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance. O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível ao público na sede da instituição.
16 - Estrutura de Sistemas
Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de modelos proprietários.

17 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital
As Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital são revisadas anualmente e submetidas para a aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. Nelas estão definidas a estrutura, as metodologias e as responsabilidades que devem nortear o gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco Operacional
O MNP - Controles Internos e Compliance, aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria. O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores complementa as ações de controles internos e contribui para a mitigação do risco operacional. O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela RWA_CPAD, conforme determina a Circular nº 3.640, de 04/03/2013, do Banco Central do Brasil (Bacen). Para esse cálculo, a Desenvolve SP optou pela metodologia da Abordagem do Indicador Básico.

b) Risco de Mercado
O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (R_BAN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia. Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Bacen.

c) Risco de Crédito
A Política de Gerenciamento do Risco de Crédito instituiu padrões e responsabilidades no âmbito do gerenciamento desse risco. Essa Política segrega a gestão do crédito da gestão do risco de crédito.

A gestão do crédito é realizada pela Superintendência de Crédito (Sucre) e está definida como sendo o planejamento, a implementação e a administração dos princípios de crédito. Essa gestão inclui os procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, realizados pela Superintendência Jurídica (Sujurj), e a avaliação do grau de suficiência de garantias de recebíveis, realizada pela Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutin).

A gestão do risco de crédito é a modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, realizada pela Suric. O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_CPAD, cujo cálculo é efetuado de acordo com a Circular Bacen nº 3.644/2013.

d) Risco de Liquidez
Além da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Gerenciamento de Capital
A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões adequados a fim de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita. O Plano de Capital, parte integrante dessa Política, abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

12 - Imposto de renda e contribuição social
a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social
2° Semestre/2017 31.12.2017 31.12.2016
IRPJ CSLL IRPJ CSLL IRPJ CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações 20.065 20.065 66.326 66.326 57.194 57.194
Participação dos empregados (1.724) (1.724) (3.027) (3.027) (2.459) (2.459)
Resultado após a participação dos empregados 18.341 18.341 63.299 63.299 54.735 54.735
Cargos total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%. (4.585) (3.668) (15.825) (12.660) (13.684) (10.947)
Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:
Adições (5.133) (4.037) (7.550) (5.903) (13.318) (10.530)
Exclusões 4.400 3.510 12.195 9.737 8.462 6.750
Incentivos fiscais 186 - 192 - 785 -
Prorrogação de licença maternidade 92 - 125 - 30 -
Juros sobre capital próprio 3.392 2.713 6.783 5.426 5.001 4.001
Imposto de Renda e CSLL (1.648) (1.482) (4.080) (3.400) (12.724) (10.726)
Ativo fiscal diferido 705 (302) (4.207) (4.435) 3.746 437
Passivo fiscal diferido (284) (171) (284) (171) - -
Despesa de IR e CSLL (1.227) (1.955) (8.571) (8.006) (8.978) (10.289)

18 - Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental
A Resolução nº 4.327, de 25/04/2014, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), prevê, entre outros, que a PRSA deve estabelecer diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental. Nesse sentido, a Desenvolve SP implementou a Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental no início de julho de 2017.

Essa Política definiu diretrizes e procedimentos para o gerenciamento do risco socioambiental nas operações realizadas pela Desenvolve SP, garantindo a promoção do desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo. Também definiu critérios socioambientais para a avaliação de garantias e contratações administrativas realizadas pela Desenvolve SP.

b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas
Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 40%, exceto as provisões com despesas administrativas aplicadas a 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias
31.12.2016 Baixa Constituição 31.12.2017
Provisões para créditos de liquidação duvidosa 48.256 17.215 9.490 40.531
Provisões para despesas administrativas 510 477 490 523
Provisões para desvalorização de títulos livres 1.962 1.852 811 921
Provisões para passivos contingentes 211 44 128 295
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal - - 27 27
Total dos créditos tributários diferidos 50.939 19.588 10.946 42.297
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal - - 455 455
Total das obrigações tributárias diferidas - - 455 455

19 - Limites Operacionais
O Conselho Monetário Nacional, através do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III. O cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL - POSIÇÃO EM 31/12/2017 VALOR (R\$ mil)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR) 1.057.470
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA (PR_RWA) 707.470
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO 707.470
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE -
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR I) 1.057.470
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR II) -
CAPITAL PRINCIPAL 1.057.470
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO 350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO 32.499
PARCELA RWA_CPAD - requerimento de capital referente ao risco de crédito - abordagem padronizada 1.182.225
PARCELA RWA_MPAD - requerimento de capital referente ao risco de mercado - abordagem padronizada -
PARCELA RWA_OPAD - requerimento de capital referente ao risco operacional - abordagem padronizada 252.416
PARCELA R_BAN - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação 2.852
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_CPAD + RWA_MPAD + RWA_OPAD) 1.434.640
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO 321.236
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO (1,25%) 17.933
MARGEM SOBRE O ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL 556.833
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A R_BAN E O ACP 553.981
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo = 9,25%) 49,31%
ÍNDICE DE BASILEIA AMPLO - inclui R_BAN (mínimo = 9,25%) 48,28%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%) 49,31%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%) 49,31%

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos, relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

2018 2019 2020 2021 2022 Total longo prazo Total Curto e longo prazo
Valor nominal 20.670 9.534 11.248 780 65 21.627 42.297
Valor presente 19.347 8.267 8.794 578 44 17.683 37.030

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período. Neste exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

13 - Transações com partes relacionadas
A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações. Durante o exercício de 2016, foi adquirido o imóvel onde se localiza a sede da Instituição, que pertencia à Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 30.749, conforme laudo de avaliação elaborado pela Procuradoria Geral do Estado. Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

DIRETORIA COLEGIADA CONTADOR
Milton Luiz de Melo Santos Diretor Presidente Álvaro Sedlacek Diretor Financeiro e de Negócios Joaquim Elói Cirne de Toledo Diretor de Infraestrutura e TI Julio Themes Neto Diretor de Fomento e de Crédito Lucivaldo Pereira Lima CRC 1SP258038/O-1

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - 2017
1. INTRODUÇÃO - 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2015.
1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria: Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Para assegurar sua atuação de forma eficiente, além das informações financeiras serem apresentadas mensalmente ao comitê, seus membros se reúnem, periodicamente, com a Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas para avaliar as ações de gerenciamento de riscos, de compliance e de controles internos, com a Auditoria Independente, para discutir os exames e conclusões relativos ao planejamento e execução dos exames de auditoria das demonstrações financeiras do exercício (semestral e anual) e, com a Auditoria Interna, para supervisão dos seus trabalhos e para fornecer orientações técnicas demandadas.
1.3 Composição: O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. São independentes e suas funções são indelegáveis. Possuem capacitação técnica para o exercício do cargo. No primeiro semestre de 2017, foi alterada a presidência do Comitê de Auditoria, passando a ser exercida pelo também Conselheiro de Administração, Francisco Vidal Luna.
2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO: Até 2016, o presente relatório contemplava informações de um período anual coincidente ao ano fiscal, porém, considerando que as atividades anuais do Comitê de Auditoria se encerram na aprovação das demonstrações financeiras do exercício anterior, que normalmente ocorre até março do ano subsequente, este Comitê decidiu que o seu relatório deve incluir atividades até essa data. Em consequência, excepcionalmente, foram incluídas no relatório anual de 2017 atividades de janeiro de 2017 a fevereiro de 2018. Com essas alterações, os relatórios deste Comitê de Auditoria seguirá a seguinte periodicidade:
• Relatório Semestral: início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anual do ano fiscal anterior até a reunião que aprovam as demonstrações financeiras do 1º semestre
continua

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - 2017

do ano fiscal em exercício. • **Relatório Anual:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anual do ano fiscal anterior até a reunião que aprovam as demonstrações financeiras anual do ano fiscal em exercício. O Comitê de Auditoria reuniu-se 15 (quinze) vezes no ano de 2017 e 02 (duas) em 2018 realizando 105 (cento e cinco) sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à administração da Agência. Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê de Auditoria, emitidos em bases semestrais e anuais. As versões resumidas dos relatórios acompanham as demonstrações financeiras publicadas e tais documentos permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). **3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance* e de controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela administração da instituição. **4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS:** A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) têm por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor. A KPMG Auditores Independentes examinou as demonstrações financeiras

relativas ao primeiro semestre de 2017 e emitiu opinião quanto ao seu preparo, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. A BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simplex examinou as demonstrações financeiras relativas ao segundo semestre de 2017 e também emitiu opinião quanto ao seu preparo, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. De forma complementar, como resultado das suas revisões dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a KPMG Auditores Independentes produziu relatórios de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno relativos ao primeiro semestre de 2017. Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como adequada a atuação da administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. **5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA:** O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos. O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pelas Auditorias Independentes (KPMG e BDO RCS) no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2017 (auditado pela KPMG) e do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 (auditado pela BDO RCS). **6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES**

FINANCEIRAS: A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen. **7. CONCLUSÕES:** Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018
Francisco Vidal Luna
 Presidente
Carlos Eduardo Sampaio Lofrano
Jerônimo Antunes

Parecer do Conselho de Administração

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes apresentado, e das conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

Marcos Antonio Monteiro
 Presidente
Araldo Calil Pereira Jardim
 Conselheiro
Francisco Vidal Luna
 Conselheiro

José Luiz Ribeiro
 Conselheiro
Lídia Goldenstein
 Conselheira

Luiz Carlos Motta
 Conselheiro
Milton Luiz de Melo Santos
 Conselheiro
Roberto Brás Matos Macedo
 Conselheiro

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social de 2017, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

Kelly Lopes Lemes
 Conselheira
Isadora Chansky Cohen
 Conselheira
Nelson Okamura
 Conselheiro Suplente

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Desenvolve SP** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a **Desenvolve SP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD:** Conforme mencionado nas notas explicativas 6, as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 65.322 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), através da Resolução 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo "AA" para risco mínimo e "H" para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos na mesma Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da **Desenvolve SP**. Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa na provisão para crédito de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nós avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles chaves e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução 2.682/99, bem como a adequada divulgação nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio de procedimentos acima resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Créditos tributários:** Conforme nota explicativa nº 12, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporá-

rias no montante de R\$ 42.297 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis. **Outros assuntos: Auditoria correspondente ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, com relatório datado de 22 de fevereiro de 2017, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da **Desenvolve SP** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Desenvolve SP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Desenvolve SP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e administração da **Desenvolve SP**

são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Desenvolve SP**; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Desenvolve SP**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Desenvolve SP** a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

BDO RCS Auditores Independentes SS
 CRC 2 SP 013846/O-1
Paulo Sergio Barbosa
 Contador - CRC 1 SP 120359/O-8